



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em, 21 de dezembro de 2020.

MENSAGEM Nº 55/2020.

Senhor Presidente,

Encaminho a essa Colenda Câmara, Projeto de Lei Complementar que “Revoga o artigo 96 e altera o artigo 98 da Lei Complementar nº 15, de 28 de maio de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande”

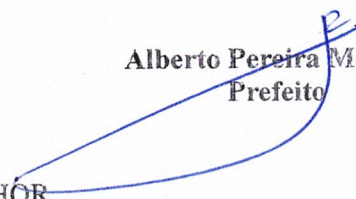
O presente projeto de Lei Complementar tem como fundamento o apontamento feito pela Procuradoria Geral de Justiça sobre a inconstitucionalidade do artigo 96 da Lei Complementar nº. 15 de 28 de maio de 1992, que trata do salário esposa, por infringir o Princípio da Isonomia, conforme SEI nº 29.001.0041599.2020-89.

Assim, com o intuito de evitar desnecessária Ação de Inconstitucionalidade, propomos o presente Projeto de Lei Complementar.

Considerando a importância da matéria, solicito urgência na análise e apuração deste projeto.

Aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Alberto Pereira Mourão
Prefeito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
EDNALDO DOS SANTOS PASSOS
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE
PRAIA GRANDE-SP



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Lei Complementar nº XXX
De XXX de XXX de 2020

041/2020

“Revoga o artigo 96 e altera o artigo 98 da Lei Complementar nº 15, de 28 de maio de 1992, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Praia Grande”

O Prefeito do Município da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz saber que a Câmara Municipal, em sua XXX Sessão, realizada em XXX de XXX de 2020, aprovou e ele promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica revogado o artigo 96 da Lei Complementar nº 15, de 28 de maio de 1992.

Art. 2º - O artigo 98 da Lei Complementar nº 15, de 28 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ARTIGO 98 - O pagamento do salário-família será feito a partir da data em que for requerido” (NR)

Art. 3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos XXX de XXXX de 2020, ano quinquagésimo quarto da emancipação.

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

Ext-
14.ª Sessão Data 22/12/2020
Encaminhamento APROVADO
EM PRIMEIRA DISCUSSÃO
Presidente

Ext-
15.ª Sessão Data 22/12/2020
Encaminhamento APROVADO
EM SEGUNDA DISCUSSÃO
Presidente